

ELETROMIDIA S.A.

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas**

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

ELETROMIDIA S.A.

**Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Eletromidia S.A.
São Paulo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Eletromidia** ("Companhia" ou "Controladora"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Eletromidia S.A.** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Segregação de empréstimos entre curto e longo prazo

Conforme Nota Explicativa nº 10 às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a segregação dos empréstimos registrados no passivo circulante totalizam R\$2.589.744 e R\$6.800.539, e no passivo não circulante totalizam R\$27.436.378 e R\$50.910.920, no balanço patrimonial da Controladora, e no balanço patrimonial consolidado, respectivamente. Esses valores refletem o cronograma de vencimento com base no refinanciamento dos empréstimos por meio de emissão de debêntures, iniciada em 2016 e concluída em 06 de julho de 2017. Todavia, pelo cronograma de vencimentos na data-base de 31 de dezembro de 2016, os valores com vencimentos dentro de 12 meses totalizavam R\$16.873.890 e R\$21.084.684, e os valores com vencimentos após 12 meses totalizavam R\$13.152.233 e R\$36.626.774, no balanço patrimonial da Controladora e balanço patrimonial consolidado, respectivamente.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparação com o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram auditadas por nós, para as quais emitimos relatório sem modificação de opinião datado de 20 de abril de 2016.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião com ressalva. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.


Fornecemos também aos responsáveis pela administração a declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de julho de 2017.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1


Julian Clemente
Contador CRC 1SP 197232/O-6

ELETROMIDIA S.A.**Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais)**

Ativo	Nota explicativas	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativas	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015			2016	2015 (Reclassificado)	2016	2015 (Reclassificado)
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	4	951.129	3.449.192	2.705.717	5.423.667	Fornecedores		6.814.248	5.205.166	16.539.575	19.664.067
Contas a receber	5	12.393.780	10.535.290	21.769.765	14.524.976	Empréstimos, financiamentos e encargos	10	2.589.744	9.924.862	6.800.539	13.189.786
Tributos e contribuições a recuperar	6	1.450.790	1.143.842	2.467.664	1.589.256	Obrigações trabalhistas		1.520.189	2.273.629	1.880.002	3.124.602
Despesas pagas antecipadamente		1.577.361	45.040	1.632.222	45.040	Obrigações tributárias		368.037	490.757	1.139.712	1.771.454
Direito de Uso de Concessão		-	2.619.382	-	2.619.382	Adiantamentos de clientes	12	115.761	114.979	946.334	114.979
Outros créditos		506.471	510.609	717.223	2.621.710	Provisões para contingências	11	-	-	85.317	-
		16.879.531	18.303.356	29.292.592	26.824.032	Outras contas a pagar		1.235.816	36.494	1.686.453	649.679
								12.643.793	18.045.887	29.077.931	38.514.567
Não circulante						Não circulante					
Antecipação por opção de compra		900.000	900.000	900.000	900.000	Empréstimos, financiamentos e encargos	10	27.436.378	21.658.431	50.910.920	46.572.553
Outros créditos		272.165	115.904	620.714	210.179	Receita antecipada		-	4.356.951	-	4.356.951
Tributos diferidos		-	10.314.923	-	10.314.923	Valores devidos por aquisição de participação		-	-	12.703.897	10.110.822
		1.172.165	11.330.827	1.520.714	11.425.102	Outras Contas a Pagar		1.479.600	-	606.738	675.141
								28.915.978	26.015.382	64.221.555	61.715.467
Investimento	7	16.957.947	14.860.801	-	-	Patrimônio líquido	13				
Imobilizado	9	10.223.656	4.790.263	26.413.293	18.640.536	Capital social		38.562.629	36.683.742	38.562.629	36.683.742
Intangível	8	55.162.194	52.974.653	94.908.609	102.486.278	Reserva especial de ágio		3.122.544	-	3.122.544	-
		82.343.797	72.625.717	121.321.902	121.126.814	Reserva de incentivos Fiscais		-	10.314.922	-	10.314.922
						Reserva legal		810.195	504.953	810.195	504.953
						Reserva de lucros		16.340.354	10.695.013	16.340.354	10.695.013
						Total de participação dos controladores		58.835.722	58.198.630	58.835.722	58.198.630
						Total da participação de não controladores		-	-	-	947.284
								58.835.722	58.198.630	58.835.722	59.145.914
Total do ativo		100.395.493	102.259.899	152.135.208	159.375.948	Total do passivo e do patrimônio líquido		100.395.493	102.259.899	152.135.208	159.375.948

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ELETROMIDIA S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Receita operacional líquida	14	62.265.965	53.882.109	115.936.257	78.610.434
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados		(25.638.423)	(21.228.298)	(56.599.842)	(36.407.669)
Lucro bruto		36.627.542	32.653.810	59.336.415	42.202.765
Receitas/(despesas) operacionais					
Despesas Comerciais	15	(5.340.622)	(2.515.168)	(7.382.134)	(5.886.092)
Despesas gerais e administrativas	16	(10.654.396)	(9.701.817)	(19.335.982)	(13.611.007)
Despesas com pessoal	17	(9.919.516)	(9.383.476)	(14.625.979)	(11.423.582)
Outras receitas/(despesas)		(452.983)	4.642	(605.793)	(328.696)
Ganho na venda de ativo imobilizado		623	118.870	623	200.710
Lucro operacional		10.260.648	11.176.861	17.387.149	11.154.098
Resultado financeiro líquido	18	(3.908.690)	(4.053.182)	(10.491.069)	(5.671.573)
Resultado de equivalência patrimonial		1.651.046	(5.208.611)	-	-
Perdas com Investimentos		(1.898.159)	(1.469.086)	(791.235)	(3.188.719)
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		6.104.846	445.982	6.104.846	2.293.805
Imposto de Renda		-	-	-	(2.016.544)
Contribuição Social		-	-	-	(727.873)
Resultado do exercício		6.104.846	445.982	6.104.846	(450.611)
Participação dos acionistas controladores		-	-	-	445.982
Participação dos acionistas não-controladores		-	-	-	(896.593)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ELETROMIDIA S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Lucro/(prejuízo) do exercício	6.104.846	445.982	6.104.846	(450.611)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	6.104.846	445.982	6.104.846	(450.611)
Participação dos acionistas controladores	-	-	-	445.982
Participação dos acionistas não-controladores	-	-	-	(896.593)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ELETROMIDIA S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em Reais)

	Atribuído à Participação de Controladores						Participação de Não Controladores	Total do patrimônio líquido	
	Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de lucros	Reserva especial de agio	Lucros/prejuízos acumulados			Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	25.843.742	455.530	13.753.230	10.298.454	-	-	50.350.957	-	50.350.957
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	445.982	445.982	(896.592)	(450.611)
Perda/(Ganho) de Participação	-	-	-	-	-	-	-	1.843.876	1.843.876
Aumento de capital	10.840.000	-	-	-	-	-	10.840.000	-	10.840.000
Reserva especial de agio	-	-	(3.438.308)	-	-	-	(3.438.308)	-	(3.438.308)
Destinação	-	27.124	-	(27.124)	-	-	-	-	-
Reserva de lucros	-	22.299	-	423.682	-	(445.982)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	36.683.742	504.953	10.314.922	10.695.013	-	-	58.198.630	947.284	59.145.914
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	6.104.846	6.104.846	-	6.104.846
Perda/(Ganho) de Participação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital	1.878.887	-	-	-	-	-	1.878.887	(947.284)	931.603
Estorno da Reserva de incentivos Fiscais	-	-	(10.314.922)	-	-	-	(10.314.922)	-	(10.314.922)
Constituição da Reserva especial de agio	-	-	-	-	3.122.544	-	3.122.544	-	3.122.544
Destinação	-	305.242	-	5.645.341	-	(6.104.846)	(154.263)	-	(154.263)
Reserva de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	38.562.629	810.195	-	16.340.354	3.122.544	-	58.835.722	-	58.835.722

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ELETROMIDIA S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015 (Reclassificado)	2016	2015 (Reclassificado)
Resultado do exercício	6.104.846	445.982	6.104.846	(450.611)
Itens que não afetam o caixa operacional				
Encargos de empréstimos e financiamentos	686.815	5.006.686	1.003.825	6.579.387
Juros, variações monetárias e cambiais	(84.847)	(953.504)	(84.847)	(907.814)
Participação no resultado de Controladas	(1.651.046)	5.208.611	(791.235)	-
Redução ao valor recuperável de ativos	-	1.469.086	-	3.188.719
Ganho na Venda de Imobilizado	(623)	(118.870)	(623)	(200.710)
Depreciação	1.885.003	1.995.438	3.654.678	3.593.876
Amortização	327.052	-	5.220.117	-
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	-	2.744.417
	7.267.200	13.053.429	15.106.762	14.547.264
Aumento/(diminuição) das contas de ativo e passivo				
Contas a receber	(1.857.708)	(1.164.747)	(6.477.180)	(5.285.203)
Tributos a recuperar	(306.948)	(586.803)	(878.408)	(833.525)
Demais ativos circulantes	780.676	(1.882.043)	2.526.152	(2.423.265)
Fornecedores	1.609.081	1.408.289	3.788.127	1.949.511
Obrigações trabalhistas	(753.440)	1.533.653	(1.244.601)	1.723.430
Obrigações tributárias	(122.720)	(34.221)	(631.741)	811.401
Receita antecipada	(4.356.951)	(2.045.604)	(4.356.951)	(2.045.604)
Outras contas a pagar	2.802.016	(1.244.718)	1.730.780	(1.687.569)
Caixa líquido das atividades operacionais	5.061.207	9.037.235	9.562.940	6.756.440
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de Investida	-	(20.280.301)	-	-
Aumento nos Investimentos	(31.449)	(1.245.955)	(31.449)	(2.496.417)
Aumento no imobilizado	(5.245.586)	-	(9.241.335)	-
Aumento no Intangível	(38.248)	-	(38.248)	-
Aquisição de intangível - Ágio	-	-	-	(41.448.547)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(5.315.284)	(21.526.257)	(9.311.032)	(43.944.964)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos	5.000.000	6.000.000	5.000.000	33.287.367
Aumento de Capital	-	10.840.000	-	10.840.000
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(7.243.986)	(9.115.738)	(7.969.859)	(10.494.695)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	(2.243.986)	7.724.262	(2.969.859)	33.632.672
Aumento/(redução) líquido de caixa	(2.498.063)	(4.764.759)	(2.717.951)	(3.555.852)
Caixa no início do exercício	3.449.192	8.213.952	5.423.667	8.979.519
Caixa no final do exercício	951.129	3.449.192	2.705.717	5.423.667
Aumento/(redução) líquido de caixa	(2.498.063)	(4.764.760)	(2.717.950)	(3.555.852)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Eletromidia S.A. (“Companhia”) é uma Sociedade anônima de capital fechado com Sede em Barueri - SP. A Companhia tem como acionistas a Cosme Velho Participações S.A., Olonk Gerenciamento de Projetos S.A. e Daniel Mattos Simões.

A Companhia e suas controladas têm como principais atividades:

- Locação de bens móveis e espaços para a colocação de produtos eletrônicos, principalmente painéis eletrônicos para a divulgação informatizada de publicidade e dados de interesse público ou particular;
- Locação de horário e veiculação de mensagens e dados de interesse público e particular em painéis eletrônicos;
- Criação e registro de marca para os produtos eletrônicos comercializados e distribuídos, incluindo a licença de uso de tais marcas para terceiros;
- Prestação de serviço de programação de mensagens informatizadas;
- Elaboração, execução e desenvolvimento de projetos para veiculação em painéis eletrônicos, por administração, empreitada ou “sub-empreitada”;
- Importação, exportação, comercialização e distribuição de painéis eletrônicos para divulgação informatizada e publicidade de dados de interesse público ou particular, equipamentos de informática; peças, acessórios e demais produtos relacionados com mídia eletrônica; bem como a reparação, manutenção e instalação dos referidos bens e produtos;
- Atividade de compra de equipamentos eletrônicos;
- Assessoria a terceiros, pessoas físicas e jurídicas, nas atividades relativas à gestão empresarial;
- Participação no capital social de outras sociedades como sócia, quotista ou acionista;
- Atividade de compra, venda, locação, importação de lâmpadas e outros equipamentos elétricos.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria em 20 de março de 2017.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade.

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais)**

As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

2.1. Base de elaboração e preparação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e conforme as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade, que aprovaram os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Companhia.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando mencionado outra base de mensuração.

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis brasileiras requer o uso de certas estimativas contábeis pela Administração da Companhia.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes, mas as áreas onde julgamentos e estimativas significativos foram feitos na preparação de tais demonstrações contábeis individuais e consolidadas e seus efeitos referem-se a:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais)

- Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa;
- Realização do imposto de renda e contribuição social diferido ativo.

2.3. Mudanças nas políticas contábeis

As emissões/alterações de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2016 não tiveram impactos nas demonstrações contábeis da Companhia. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção a partir de 1º de janeiro para o exercício de 2017 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção destas normas:

- **IFRS 2 - Pagamentos baseados em ações** - Aborda alterações, esclarecendo como contabilizar certos tipos de transações de pagamento baseado em ações. Estas alterações são efetivas para os exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2018
- **IFRS 9 - Instrumentos financeiros** - Substitui a norma IAS 39 e endereça algumas questões sobre a aplicação da norma e introduz o conceito de “valor justo contra os resultados abrangentes” para a mensuração de alguns tipos de instrumentos de dívida, além de incluir requerimentos de reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade de ativos relacionadas ao registro de perdas esperadas com créditos sobre os ativos financeiros e compromissos de renegociação destes créditos e contabilidade de hedge. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2018;
- **IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes** - Emissão dessa norma e posteriormente emissão de documento para esclarecimentos sobre a norma. Estabelece princípios de reconhecimento de receita e divulgação de informações sobre a natureza, montante, prazos e incertezas de receitas e fluxos de caixa que se originem de contratos com clientes de uma entidade, bem como no documento emitido posteriormente esclarece sobre aspectos importantes da norma. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2018;
- **IFRS 16 - Arrendamento** - Estabelece aspectos de reconhecimento, mensuração e divulgação de arrendamentos. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2019;
- **IAS 12 - Imposto de Renda** - Aborda o reconhecimento de imposto de renda diferido ativo para diferenças temporárias dedutíveis. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2017;
- **IAS 7 - Fluxo de Caixa** - Aborda alterações na divulgação de passivos de atividades de financiamento. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º janeiro de 2017;

- **Atualizações - IFRS 3 - Combinações de negócios e IFRS 11 - Negócios em conjunto** - O IASB publicou consulta pública, para alteração às duas normas, para esclarecer a definição de um negócio e como contabilizar as participações anteriormente detidas.

2.4. Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis.

2.4.1. Combinações de negócios

Combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos de transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é mensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são mensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

Se os planos de pagamento baseado em ações detidos pelos funcionários da adquirida precisam ser substituídos (substituição de planos), todo ou parte do novo montante do plano de substituição emitido pelo adquirente é incluído na mensuração da contraprestação transferida na combinação de negócios. Essa determinação é baseada no valor de mercado do plano de substituição comparado com o valor de mercado do plano de pagamento baseado em ações da adquirida e na medida em que esse plano de substituição se refere a serviços prestados antes da combinação.

2.4.2. Participação de acionistas não-controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data da aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

2.4.3. Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixar de existir.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as demonstrações contábeis de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

2.4.4. Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referente a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

2.4.5. Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controle em conjunto (*joint ventures*).

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite à Companhia controle compartilhado da entidade e dá a Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações contábeis incluem a participação da Companhia no Lucro e prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

2.4.6. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Inclui caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediatas ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.6. Ativos financeiros

2.6.1. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial da contratação.

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos no circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem “Caixa e equivalentes de caixa” e “Contas a receber de clientes” (Notas Explicativas nºs 4 e 5).

Os passivos financeiros mantidos pela Companhia são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2016, compreendem empréstimos e financiamentos e saldos a pagar a fornecedores nacionais e estrangeiros.

2.6.2. Reconhecimento e mensuração

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

2.6.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O “*impairment*” é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros.

O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento, quando aplicável, tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por “*impairment*” é a taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato.

2.7. Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias/prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas das contas a receber. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela perda estimada para créditos de liquidação duvidosa e ajuste a valor presente (quando aplicável).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais)

As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa das contas a receber são estimadas com base na análise do "*aging list*", e também considerando as perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado pela Administração da Companhia como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, com base nos históricos de perdas.

2.8. Outras contas a receber (circulante e não circulante)

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos.

2.9. Ativos intangíveis

Está registrado neste grupo o ágio gerado por aquisição de participação acionária. Por se tratar de um ativo intangível com vida útil indefinida, o mesmo não está sendo amortizado, mas é testado anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Também, são registrados nesta rubrica os bens adquiridos e instalados para implementação do projeto "CPTM", regulamentado através de contrato de concessão de uso de espaço junto a CPTM (vide Nota Explicativa nº 8). Estes bens estão registrados pelo seu custo de aquisição e são amortizados no mesmo prazo do contrato de concessão.

Ainda neste grupo, estão registrados os valores pagos a título de outorga, sendo estes amortizados pelo período do contrato.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada.

2.10. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais)**

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota Explicativa nº 9).

2.11. Avaliação do valor recuperável dos ativos

O valor contábil líquido dos ativos é avaliado anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

2.12. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.13. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.14. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Companhia.

2.15. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício compreendem os tributos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço no país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é determinado, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferido ativo é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os Impostos de Renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os Impostos de Renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.16. Benefícios a funcionários

(a) Benefícios de demissão

A Companhia não tem planos de benefícios de demissão para funcionários.

(b) Participação nos lucros e bônus

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

2.17. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela locação de espaço publicitário, locação de equipamentos, pela prestação de serviço de manutenção e pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Entidade.

(a) Locação de equipamentos e espaço

A Companhia loca equipamentos para terceiros, onde o valor das locações é reconhecido com base no período do contrato de locação.

A receita de locação de espaço em seus equipamentos para veiculação de mensagens e dados de interesse público e particular em seus painéis eletrônicos é reconhecida com base no período de veiculação da mensagem, suportado por documento firmado entre as partes.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.18. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis da Companhia ao final do exercício, com base no Estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

3. Gestão de risco financeiro

3.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela alta administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A alta administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

(a) Risco de mercado

A Companhia e as controladas estão expostas a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo.

Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes.

A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes, além da provisão já constituída (Nota Explicativa nº 5).

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Companhia.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em aplicações financeiras com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

ELETROMIDIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em Reais)

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia mantinha fundos de curto prazo investidos de R\$417.710 (R\$1.309.863 no Consolidado), que se espera gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Controladora			
Em 31 de dezembro de 2015			
Empréstimos e financiamentos	9.924.862	10.367.677	11.290.754
Fornecedores e outras contas a pagar	309.051	-	-
Em 31 de dezembro de 2016			
Empréstimos e financiamentos	2.589.744	27.436.378	-
Fornecedores e outras contas a pagar	1.404.932	-	-
Consolidado			
Em 31 de dezembro de 2016			
Empréstimos e financiamentos	6.800.539	49.699.688	1.211.232
Fornecedores e outras contas a pagar	4.340.843	-	-

3.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O índice de alavancagem financeira em 31 de dezembro pode ser assim sumariado:

Controladora	2016	2015
Empréstimos e financiamentos	30.026.122	31.583.293
Caixa e equivalentes de caixa	951.129	3.449.192
Dívida Líquida	29.074.993	28.134.101
Patrimônio Líquido	58.835.722	58.198.630
Índice de alavancagem financeira	49%	48%

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais)

<u>Consolidado</u>	<u>2016</u>
Empréstimos e financiamentos	57.711.459
Caixa e equivalentes de caixa	2.705.717
Dívida Líquida	55.005.742
Patrimônio Líquido	58.835.722
Índice de alavancagem financeira	93%

3.3. Estimativa do valor justo

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores estejam próximos de seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

A Companhia não mantém nenhuma garantia para os títulos em atraso.

Os valores contábeis das aplicações financeiras aproximam-se dos seus valores justos em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados (CDI) e apresentarem possibilidade de resgate imediato (Nota Explicativa nº 4).

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos aproximam-se dos seus valores justos, pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI (Nota nº 10).

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa e bancos	533.419	1.035.167	1.395.855	1.624.368
Aplicações financeiras	417.710	2.414.025	1.309.863	3.799.299
	951.129	3.449.192	2.705.717	5.423.667

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata.

ELETROMIDIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em Reais)

5. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Contas a Receber	13.104.637	6.311.172	22.649.835	10.422.435
PECLD	(710.857)	(132.833)	(880.070)	(254.410)
	<u>12.393.780</u>	<u>6.178.339</u>	<u>21.769.765</u>	<u>10.168.025</u>

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
A vencer	11.197.926	4.375.437	19.152.956	7.766.469
Vencidos até 30 dias	803.487	1.329.820	1.326.483	1.940.521
Vencidos de 31 a 90 dias	26.598	272.262	90.284	272.262
Vencidos há mais de 90 dias	1.076.626	333.653	2.080.112	443.183
	<u>13.104.637</u>	<u>6.311.172</u>	<u>22.649.835</u>	<u>10.422.435</u>

A Companhia registra a perdas para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada dos clientes. Além disso, a Companhia tem como política reconhecer como perda os saldos vencidos a longa data.

6. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.114.282	872.385	1.729.161	896.553
Imposto de Renda sobre aplicação financeira	324.156	261.496	634.852	8.047
PIS/COFINS	7.259	4.868	98.558	514.758
Imposto sobre serviços - ISS	5.093	5.093	5.093	169.898
	<u>1.450.790</u>	<u>1.143.842</u>	<u>2.467.664</u>	<u>1.589.256</u>

7. Investimento

Controlada	Participação %	Patrimônio	
		Líquido	Investimento
DMS Publicidade Mídia Interativa SA	100%	10.834.753	10.834.753
Elt Dooh Mídia Eletrônica LTDA.	99,99%	6.123.195	6.123.195
		<u>16.957.947</u>	<u>16.957.947</u>

8. Intangível

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Intangível CPTM (a)	-	2.072.810	-	2.072.810
Cessão de Direito de Uso (b)	-	-	6.842.619	8.016.842
Contratos Metro RJ (c)	2.385.197	-	20.509.000	-
Contratos Metro Linha 4 (d)	-	-	10.097.644	-
(-) Amortização Contratos (e)	(198.766)	-	(3.717.791)	-
Software	505.794	338.495	567.302	384.812
Ágio por aquisição (f)	52.469.969	50.563.348	60.609.835	92.011.814
	<u>55.162.194</u>	<u>52.974.653</u>	<u>94.908.609</u>	<u>102.486.278</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais)

- (a) A conta de Intangível CPTM apresenta os saldos dos investimentos efetuados nos contratos em vigência com a CPTM, sendo que ao final do contrato estes bens serão transferidos para a CPTM. Estes investimentos estão sendo amortizados pelo prazo de vigência do contrato;
- (b) A conta de Cessão de Direito de Uso apresenta os valores pagos referente às operações da Linha Quatro do Metrô de São Paulo e Metrô Rio de Janeiro, sendo estes amortizados dentro do período de vigência dos contratos;
- (c) Contratos Metro RJ, concessão para exploração de publicidade nas estações e trens por 10 anos. Com exclusividade;
- (d) Contratos Metro Linha, concessão da mídia digital nas estações e trens por 10 anos;
- (e) A conta de amortização apresenta os valores calculados mensalmente de acordo com o prazo de vigência dos contratos conforme estabelecido nos laudos de avaliação e no PPA (*purchase price allocation*), variando as amortizações entre 70 a 120 meses;
- (f) O saldo de Ágio por aquisição representa a mais valia dos Investimentos adquiridos. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia efetuou cálculo para determinar o valor de recuperação do ágio com vida útil indefinida que fora alocado as quatro unidades geradoras de caixa. O valor recuperável foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela alta Administração para os próximos cinco anos. A taxa de desconto antes dos impostos sobre a renda aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 14,25%. A taxa de crescimento utilizada foi de 12% a.a. Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar perda para redução ao valor recuperável.

Movimentação e alocação do preço de compra

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	50.563.348	92.011.814
(-) Alocação dos Contratos do Metro Linha 4	-	(10.097.644)
(-) Alocação de 88,37% do Contratos do Metro RJ	-	(18.123.803)
(-) Contas a receber com TMAF	-	(767.609)
(-) Ajuste de preço de aquisição	-	(4.319.544)
(+) Aquisição de 11,63% do contrato de Metro RJ	4.291.818	4.291.818
(-) Alocação de 11,63% do contrato de Metro RJ	(2.385.197)	(2.385.197)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>52.469.969</u>	<u>60.609.835</u>

ELETROMIDIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em Reais)

9. Imobilizado

(a) Composição do saldo

Controladora

	Dez/15	Adições	Baixas	Reclassificações	Depreciação	Dez/16
Terrenos	346.495	-	(346.495)	-	-	-
Moveis e utensílios	390.086	34.864	-	-	-	424.951
Painéis	695.053	3.189.077	-	-	-	3.884.131
Computadores e periféricos	1.729.809	68.152	-	-	-	1.797.961
Veículos	78.225	-	-	-	-	78.225
Bens em poder de terceiros	-	1.493.475	-	4.931.225	-	6.424.700
Maquinas e equipamentos	696.930	3.300	-	-	-	700.230
Benfeitorias em bens terc.	616.672	771.694	-	-	-	1.388.366
Aparelhos e acessórios	2.220.353	5.180	-	-	-	2.225.534
Equipamentos telefônicos	42.410	-	-	-	-	42.410
Reavaliações	1.872.000	-	-	-	-	1.872.000
Equipamentos eletrônicos	6.092.029	-	-	-	-	6.092.029
Scp - Aparelhos e accessori.	278.988	-	-	-	-	278.988
Scp - Computadores e perif.	11.850	-	-	-	-	11.850
Scp - Moveis e utensílios	51.512	-	-	-	-	51.512
Scp - Equipamentos eletron.	83.769	-	-	-	-	83.769
Benfeitoria Em Imoveis - adm	-	26.338	-	-	-	26.338
(-) Depreciação	(10.415.920)	-	-	(2.858.415)	(1.885.003)	(15.159.338)
	4.790.263	5.592.081	(346.495)	2.072.810	(1.885.003)	10.223.656

ELETROMIDIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais)

(b) Composição do saldo

Consolidado

	Dez/15	Adições	Baixas	Reclassificações	Depreciação	Dez/16
Terrenos	346.495	-	(346.495)	-	-	-
Moveis e utensílios	439.985	34.864	-	-	-	474.849
Painéis	695.053	3.189.077	-	-	-	3.884.131
Instalações	1.240.463	2.635.051	-	-	-	3.875.514
Computadores e periféricos	1.800.547	65.907	-	-	-	1.866.454
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5.102	66.834	-	-	-	71.936
Veículos	168.493	-	-	-	-	168.493
Bens em poder de terceiros	13.329.496	2.901.281	-	4.931.225	-	21.162.002
Maquinas e equipamentos	7.978.192	3.300	-	-	-	7.981.492
Benfeitorias em bens de ter.	616.672	771.694	-	-	-	1.388.366
Aparelhos e acessórios	2.220.354	5.180	-	-	-	2.225.534
Equipamentos telefônicos	54.171	-	-	-	-	54.171
Reavaliações	1.872.000	-	-	-	-	1.872.000
Equipamentos eletrônicos	6.092.029	-	-	-	-	6.092.029
Scp - Aparelhos e accessori	278.988	-	-	-	-	278.988
Scp - Computadores e perif	11.850	-	-	-	-	11.850
Scp - Moveis e utensílios	51.512	27.930	-	-	-	51.512
Scp - Equipamentos eletron	83.769	-	-	-	-	83.769
Benfeitoria Em Imoveis - Adm	-	-	-	-	-	27.930
(-) Depreciação	(18.644.635)	-	-	(2.858.415)	(3.654.678)	(25.157.728)
	18.640.536	9.701.119	(346.495)	2.072.810	(3.654.678)	26.413.293

Em 31 de dezembro de 2016 não houve perda relacionada à redução ao valor recuperável. O valor recuperável foi calculado com base no valor em uso, tendo sido determinado em relação à unidade geradora de caixa. A unidade geradora de caixa consiste nos ativos das lojas de cada um dos segmentos do Grupo. Para determinação do valor em uso da unidade geradora de caixa, os fluxos de caixa foram descontados à taxa de 14,25% antes dos impostos sobre a renda.

ELETROMIDIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em Reais)

10. Empréstimos e financiamentos

Moeda nacional	Encargos financeiros - %	Controladora	
		2016	2015
Empréstimos CCB	CDI+2,75%/3,05% / 4,66% a.a.	30.026.123	31.583.293
		30.026.123	31.583.293
Circulante		2.589.744	9.924.862
Não circulante		27.436.378	21.658.431
Vencimento 2017		2.589.744	10.367.677
Vencimento 2018		27.436.379	10.367.677
Vencimento 2019		-	923.077

Moeda nacional	Encargos financeiros - %	Consolidado	
		2016	2015
Empréstimo CCB (Eletromidia)	CDI+2,75%/3,05%/4,66% a.a.	30.026.122	31.583.293
Empréstimo CCB (DMS Publicidade)	CDI+3,50%	11.694.967	12.011.318
Empréstimo CCB (ELT Dooh)	CDI+3,29%	15.990.370	16.167.728
		57.711.459	59.762.339
Circulante		6.800.539	13.189.787
Não circulante:		50.910.920	46.572.553
Vencimento 2017		6.800.539	18.463.466
Vencimento 2018		41.930.895	18.463.466
Vencimento 2019		7.768.793	6.895.621
Vencimento 2020		1.211.232	2.750.000

No ano de 2016, a Companhia iniciou discussões com seus principais credores para captações adicionais de financiamentos que alongam as linhas existentes e financiam o plano de investimentos da Companhia. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía aprovação de seus dois principais credores para captar uma linha de estimada de R\$57 milhões, que substituirão as linhas de crédito existentes. Com a finalidade de refletir da forma mais adequada e relevante a liquidez da Companhia, com base ao item 60 do Pronunciamento Técnico CPC 26, a Administração da Companhia optou por reclassificar seus empréstimos existentes de acordo com o seu novo cronograma efetivo:

	Sem a reclassificação	Após a reclassificação
Valores a curto prazo	26.296.568	6.800.539
Valores a longo prazo	31.414.890	50.910.920
	57.711.459	57.711.459

A Administração tem uma opinião diferente dos auditores independentes, pois para realizar a apresentação dos passivos financeiros na data-base do balanço, avaliou a segregação entre curto e longo prazo, não somente pela forma, mas sim pela essência da estruturação dos passivos financeiros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais)

Portanto, a companhia entende que a apresentação dos seus passivos financeiros, refletem de forma mais adequada à realidade a situação financeira e patrimonial da Companhia.

Cláusulas contratuais (“Covenants”)

Os contratos financeiros preveem cláusulas restritivas (*covenants*), tais como:

- Garantia da existência da Companhia;
- Dívida líquida até 2,5 vezes o Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (“*EBITDA*”);
- EBITDA 3,0X sobre as despesas financeiras;
- ELT DOOH capital social \geq R\$ 9.000.000,00;
- Limitação para realização de operações de aquisição, fusão, alienação ou disposição de seus ativos;
- Divulgação de demonstrativos contábeis elaborados conforme requerido pelas normas contábeis brasileiras.

11. Provisão para ações judiciais

(a) Perdas possíveis

A Companhia foi citada num processo de ação civil pública promovida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, decorrente de procedimento licitatório realizado pela Câmara Municipal de Mogi das Cruzes, para contratação de empresa especializada para execução de engenharia elétrica e eletrônica, e implantação de estrutura, controle e veiculação legislativa.

Por haver diversas empresas citadas no referido processo e, no status atual, não ser possível uma mensuração estimada com certa razoabilidade de desembolso de caixa por parte da Companhia, caso perca a ação em todas as esferas, não foi provisionado nenhum valor referente à respectiva ação. Ademais, a Companhia entende que um possível desembolso de caixa não será representativo (se ocorrer). O valor total da ação, em 31 de dezembro de 2016, é de aproximadamente R\$140.000.

(b) Perdas prováveis

A Companhia foi citada ao longo do exercício de 2016, em quatro processos trabalhistas referentes a exercícios anteriores nas empresas DMS Mídia Publicidade S.A. e na Eletromidia S.A., essa ainda, com as antigas razões sociais, Naparama Locação de Equipamentos Eletrônicos Ltda e na Rede Digital e Monitoramento e Participações Ltda, perfazendo uma contingência no montante de R\$ 254.487 e, segundo nossos advogados, com a probabilidade de perda provável.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais)**

12. Adiantamentos - receitas a apropriar

A Companhia possui contratos firmados com clientes para veiculação de mensagens, pelos quais recebeu 100% do valor contratado de forma antecipada. Estes valores foram registrados contabilmente em conta de Receitas a Apropriar e são reconhecidos mensalmente como Receita de Locação de Espaço com base no período de vigência do contrato.

13. Patrimônio líquido**(a) Capital social**

O capital social, subscrito e integralizado, está representado por 38.562.629 ações nominativas.

(b) Reserva legal

Constituída ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre o lucro líquido da Companhia, conforme os termos da legislação societária. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo registrado é R\$461.370 (R\$504.953 em 2015).

(c) Dividendos

Conforme disposição estatutária e legislação societária, aos acionistas estão asseguradas dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, que somados correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício da Companhia, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Os acionistas deliberaram em assembleia pela não distribuição de dividendos em virtude da necessidade de manutenção de caixa da Controlada para cumprimento de obrigações contratadas com Bancos.

14. Receita

A reconciliação das receitas brutas para a receita líquida dos produtos vendidos é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receita bruta de vendas	68.075.089	59.398.395	127.091.080	85.852.451
Vendas canceladas	(12.702)	(262.560)	(29.314)	(537.006)
Impostos incidentes	(5.796.422)	(5.253.727)	(11.125.509)	(6.305.010)
Receita líquida de vendas	62.265.965	53.882.108	115.936.257	78.610.434

ELETROMIDIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em Reais)

A reconciliação das receitas brutas para a receita líquida dos produtos vendidos é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receita bruta de vendas	68.075.089	59.398.395	127.091.080	85.852.451
Vendas canceladas	(12.702)	(262.560)	(29.314)	(537.006)
Impostos incidentes	(5.796.422)	(5.253.727)	(11.125.509)	(6.305.010)
Receita líquida de vendas	<u>62.265.965</u>	<u>53.882.108</u>	<u>115.936.257</u>	<u>78.610.434</u>

15. Despesas comerciais

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Comissões	(2.751.801)	(2.158.392)	(3.299.242)	(4.574.441)
Brindes	(10.072)	(115.427)	(11.568)	(159.663)
Marketing	(811.031)	(176.790)	(817.046)	(238.883)
Outras	(1.767.718)	(64.559)	(3.254.278)	(24.424)
	<u>(5.340.622)</u>	<u>(2.515.168)</u>	<u>(7.382.134)</u>	<u>(5.886.092)</u>

16. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Serviços Profissionais	(4.431.513)	(4.855.254)	(6.580.743)	(6.295.498)
Despesas de Ocupação	(1.303.495)	(1.344.607)	(1.720.417)	(1.675.247)
Depreciação e amortização	(2.212.054)	(1.995.439)	(8.874.795)	(3.593.876)
Viagens e estadias	(309.202)	(130.124)	(319.212)	(143.181)
Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa	(583.996)	(15.517)	(620.749)	(31.117)
Outras despesas gerais e administrativas	(1.814.135)	(1.360.876)	(1.220.066)	(1.900.078)
	<u>(10.654.395)</u>	<u>(9.701.817)</u>	<u>(19.335.982)</u>	<u>(13.611.007)</u>

17. Despesas com pessoal

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Salários	(5.775.251)	(4.188.799)	(7.294.893)	(5.127.703)
Assistência médica	(907.279)	(755.457)	(1.141.204)	(940.679)
INSS empregador	(1.682.313)	(1.270.737)	(2.412.258)	(1.485.707)
Outras despesas com folha	(1.554.673)	(3.168.483)	(3.777.625)	(3.869.493)
	<u>(9.919.516)</u>	<u>(9.383.476)</u>	<u>(14.625.979)</u>	<u>(11.423.582)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais)

18. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Rendimentos sobre aplicação financeira	93.986	1.134.952	210.466	1.176.550
Juros sobre empréstimos	(4.015.133)	(5.131.983)	(9.503.918)	(6.893.026)
Despesas bancárias	(227.345)	(53.785)	(607.858)	(63.552)
Outras	239.802	108.456	278.611	108.456
Subtotal Receitas/ (despesas) financeiras, líquidas.	(3.908.690)	(3.942.360)	(9.622.699)	(5.671.573)
Atualização de aquisição de participação	-	(110.822)	(868.370)	-
Totais Receitas/ (despesas) financeiras, líquidas.	(3.908.690)	(4.053.182)	(10.491.069)	(5.671.573)

19. Remuneração dos administradores

A Companhia e suas controladas concedem participação nos resultados a seus administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos. Em 31 de dezembro de 2016, a remuneração aos Administradores totalizou R\$1.864.438, na controladora e no consolidado.

20. Seguros

A Companhia busca estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas, em 31 de dezembro de 2016, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Ramos	Controladora	Consolidado
	Importâncias seguradas (R\$)	Importâncias seguradas (R\$)
Risco Empresarial	5.750.000	15.450.000
Responsabilidade civil	1.800.000	4.200.000

As premissas adotadas para a avaliação da importância segurada e riscos contidos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.